

## **PRÁXIS DOCENTE, IDEOLOGIA E TRABALHO: Reflexões a partir da Didática do Ensino de História**

Maria Luzirene Oliveira do Nascimento  
Jaqueline Pereira Rocha  
(Alunas de graduação em pedagogia – UFPI)  
Tânia Serra Azul Machado Bezerra  
(Professora Adjunta – UFPI)

### **RESUMO**

O presente trabalho traz discussões e reflexões sobre o Ensino de História e as concepções teóricas na práxis docente a partir de um estudo de caso realizado em uma turma do 5º ano do Ensino Fundamental de uma escola pública em Parnaíba/PI. Propomos compreender as práticas na disciplina de história dialogando com as abordagens que norteiam os processos didático-pedagógicos, assim fizemos um recorte do Ensino de História sob a óptica de correntes como o Positivismo, o Materialismo Histórico Dialético e a Nova História, na tentativa de perceber a ideologia imbricada em cada proposta e qual dessas concepções embasa a prática docente nas aulas de História. Analisamos a partir da concepção do materialismo histórico dialético a relação de trabalho construída na práxis docente e como a professora compreende o seu trabalho em tempos de proletarização e precarização do seu ofício docente. No decorrer da pesquisa buscamos verificar a percepção dos estudantes sobre a importância do Ensino de História e a qual a relação dessa práxis com a realidade deles, para isso realizamos questionários com os discentes e a professora da referida turma. Utilizamos os Parâmetros Curriculares Nacionais como subsídio teórico para compreender as propostas que permeiam o Ensino de História e buscamos autores que fundamentem nossas observações e análises acerca da temática investigada.

Palavras-Chaves: Práxis Docente; Ideologia e Trabalho; Didática do Ensino de História; Proletarização Docente.

### **1. APRESENTAÇÃO**

O primeiro pressuposto de toda história humana é naturalmente a existência de indivíduos humanos vivos. O primeiro fato a constatar é, pois, a organização corporal destes indivíduos e, por meio disto, sua relação dada com o resto da natureza. [...] Toda historiografia deve partir destes fundamentos naturais e de sua modificação no curso da história pela ação dos homens. (MARX & ENGELS, p.27, 1982).

As discussões que serão abordadas neste estudo dispõem sobre o Ensino de História em uma escola pública de Parnaíba e o trabalho docente, em que propomos através da análise da práxis do professor reflexões para a compreensão dos métodos e dos processos didático/pedagógicos que são utilizados para o ensino dos conhecimentos históricos. Partindo desse ponto, tentaremos elucidar a importância do estudo da História nas séries iniciais do ensino fundamental para a compreensão das relações que se desenvolvem na sociedade e da

necessidade dos discentes e docentes perceberem-se como protagonistas da História. Procuramos verificar se os discentes consideram importante o estudo de História e qual a relevância para a compreensão da realidade deles.

Para a análise da práxis do professor – que se constrói na relação da teoria com a prática - partimos das abordagens teóricas que permeiam o Ensino de História nas escolas a fim de perceber se este ensino se constitui em um saber sistematizado. Assim fundamentamos nosso estudo dialogando com a abordagem positivista, o materialismo histórico e a nova história, que deverão nos dar subsídios para entender quais dessas abordagens se efetiva na atividade docente nas aulas de história, e nos possibilitar perceber a concepção ideológica imbricada nos conteúdos estudados nessas aulas.

As abordagens mencionadas nos possibilitam trabalhar os conteúdos de História sob ópticas diferentes. Na abordagem positivista<sup>1</sup> o estudo da história parte dos fatos comprovados através de documentos e a existência de heróis históricos, em que “uma aula positivista de história caracteriza-se pela narração de fatos e citações de datas, nomes de heróis e seus feitos. Os alunos assumem papel de meros espectadores que devem aprender por meio da audição e da leitura de textos longos e expositivos” (HIPOLIDE, 2009, p.14).

Na concepção do materialismo histórico<sup>2</sup> devemos compreender a história sob o ponto de vista das relações de produção e da vida dos trabalhadores. O materialismo histórico propõe um ensino de história baseado na “análise das lutas existentes no interior das diversas sociedades entre produtores e proprietários e as transformações sociais, políticas e culturais daí surgidas” (*ibidem; idem*).

Na visão da Nova História<sup>3</sup> a compreensão dos fatos históricos devem ser analisados a partir do presente e devem-se considerar as alterações nas formas de pensar e agir do sujeito histórico “a Nova História, enquanto método permite à criança reconhecer-se como sujeito histórico à medida que valoriza a sua realidade, identifica o seu universo social e as relações que estabelece na família, no bairro, na escola” (HIPOLIDE, 2009, p.37).

Contudo, destacamos que nossas análises se baseiam na perspectiva do materialismo histórico dialético na tentativa de verificar as reais condições de trabalho do

---

<sup>1</sup> O positivismo se desenvolveu no século XIX, tendo como fundador o Frances Augusto Comte, defendia que as avaliações científicas devem estar amparadas pelas experiências e que todos os fatos sociais devem necessariamente, seguir uma natureza científica e precisa. (HIPOLIDE, 2009, p.13)

<sup>2</sup> O materialismo histórico é uma corrente que se desenvolveu no século XIX que tem como pensador Marx e Engels que embasaram toda a sua teoria da luta de classes - motor da história – e de transformação da sociedade humana numa nova maneira de compreender-se a história. (BERUTTI & MARQUES. 2009, p.40)

<sup>3</sup> A Nova História ou História das Mentalidades caracteriza-se por considerar a história uma ciência que estuda o presente das diferentes sociedades e abre diálogo com as que viveram no passado, com a finalidade de analisar as mais diferentes maneiras de viver da humanidade em diversos tempos e espaços. ( HIPOLIDE, 2009, p.15)

professor de história e as contradições que envolvem o desenvolvimento da sociabilidade desse sujeito no âmbito do trabalho em tempos de proletarização da profissão docente, nesse ponto norteamos nosso estudo para a compreensão das relações de produção as quais estamos submetidos pelo sistema socioeconômico vigente no que concerne a apropriação do trabalho intelectual como força de trabalho a serviço do capital.

Para a realização deste estudo fizemos uma pesquisa de campo utilizando o estudo de caso como metodologia de pesquisa para o levantamento dos dados a serem analisados. Em que segundo Ludke e André “estudo de caso é o estudo de um caso, seja ele simples e específico, como o de uma professora competente de uma escola pública, ou complexo e abstrato, como o das classes de alfabetização” (1986, p.17). Trata-se de uma abordagem qualitativa em que tivemos contato com o ambiente, as situações observadas e os sujeitos envolvidos. Em nossa pesquisa delineamos o estudo de caso para uma análise simples e específica, pois nossos dados foram coletados de uma turma de 5º ano, com os alunos e a professora.

Nesta perspectiva, aplicamos questionários com nove alunos da quinta série do Ensino Fundamental e com a professora da referida turma. É a partir da análise das respostas dos alunos e da professora e a observação da aula que desenvolvemos a análise de nossa problemática, em confluência com as abordagens apresentadas para o ensino de história, sendo importante ressaltar as propostas dos PCN's (1997) e a necessidade do professor utilizá-los como suporte para o exercício da atividade docente.

Nas reflexões postas procuramos entender como o ensino de história se constitui historicamente como saber elaborado e sistematizado, abordando os aspectos metodológicos e didáticos na construção do conhecimento histórico. Ao problematizarmos a respeito de como vem se desenvolvendo o Ensino de História nas escolas de Educação Básica buscamos os PCNs que nos ajudam compreender como os conteúdos de História têm sido estruturados nos currículos e quais as novas propostas para um ensino significativo e contextualizado. Para além de uma análise da técnica do Ensino de História buscamos elucidar as relações de trabalho as quais o professor de história está submetido e as implicações ideológicas que determinam as condições materiais de existência, vez que, são fatores que influenciam o fazer e o ser dos professores e discentes. Buscamos na perspectiva marxiana a concepção de trabalho para compreender a construção do sujeito enquanto ser social que se constrói nas relações de produção e modifica o meio em que vive através da ação do trabalho.

## 2. A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE E SUAS IMPLICAÇÕES PARA O ENSINO DE HISTÓRIA NA ESCOLA PÚBLICA

Durante nossas investigações no campo da pesquisa percebemos a permanência da perspectiva positivista no Ensino de História, era pertinente a abordagem dos conteúdos a partir de datas e heróis históricos sem referência significativa, vez que, os textos estudados falavam de heróis distantes e pouco representativos para as crianças naquele contexto, como constatamos em uma de nossas observações numa aula de história, por motivo do dia do soldado 22 de agosto, a professora estava ministrando uma aula sobre a suposta “importância” dessa data e dos feitos do Duque de Caxias, trabalhando os conteúdos de história a partir de uma data comemorativa e de um herói histórico ela reforça o aspecto positivista do ensino de história, tenta vagamente mostrar a relação que o dia do soldado tem com a existência desses profissionais hoje. Mas ainda assim, não torna a aula mais significativa nem reflexiva para os discentes, pois os alunos estavam bastante dispersos, pouco interessados no conteúdo apresentado.

Observamos que o ensino de história se direcionava para a manutenção do *status quo* estabelecido e a valorização do patriotismo. Metodologicamente, o que se propunha era um ensino de história da reprodução dos fatos contados e a não-valorização da construção consciente do conhecimento histórico. Além disso, a memorização de datas históricas e a valorização de heróis históricos como elementos importantes para o ensino dos conteúdos reforça a concepção positivista, que ainda se realiza efetivamente nas práticas atuais.

Outro ponto que devemos destacar é o estranhamento da própria professora no seu fazer docente, pois negligencia o processo de ação-reflexão-ação necessária para a construção de uma práxis transformadora e consciente. A apropriação dos conteúdos de forma mecânica pela professora reflete a proletarização da profissão docente, em que as atividades em sala de aula passam a ser realizada de forma estranhada e pouco reflexiva, em um de seus depoimentos durante a pesquisa ela relata que: “tem pouco tempo para estudar e planejar os conteúdos das aulas de história, pois a sua jornada de trabalho é bastante intensa, com três turnos. E nos turnos manha e tarde ministra aula no 5º ano na categoria polivalência” (Setembro, 2011).

Percebemos que a professora compreende a necessidade de refletir sobre sua práxis, no entanto, as condições as quais está submetida não lhe possibilita efetivar a sua atividade enquanto sujeito do trabalho – que modifica sua realidade e transforma a si mesmo nesse fazer. Segundo Bezerra (2011):

A atividade laboral, que poderia ser fonte de realização se apresenta como um fardo, um sacrifício, algo de caráter obrigatório, com a única função de suprir necessidades orgânicas. Transfere-se para o trabalho toda a insatisfação gerada pela negação do gênero humano, pois há a constatação, em consonância com a análise marxiana de que o trabalhador não trabalha para si, direcionado a sua realização, porém, produz em função de outro [...]. (p.104)

O estranhamento ao qual a professora está submetida decorre da apropriação do seu trabalho como elemento potenciador da produtividade empreendida pela lógica capitalista, que no caso da professora se expressa na necessidade de submissão a uma extensa jornada de trabalho que transfere as suas atividades um valor de troca<sup>4</sup>. Além disso, as condições objetivas de existência fazem com que essa profissional venda sua força de trabalho e que esse trabalho acabe se realizando de forma extenuante e obrigatória, descaracterizando o caráter ontológico do trabalho.

Ao produzir seu trabalho em função de outro, compreendemos no contexto da sociabilidade do capital, que o trabalho docente se efetiva no sentido de sustentar a escola enquanto aparelho ideológico de estado que segundo Althusser (1985) são instrumentos/instituições responsáveis pela reprodução das relações de produção, isto é das relações de exploração capitalistas.

Desta feita, é que o ensino de história é considerado, maioria das vezes, como matéria decorativa pouco relevante para a compreensão social do sujeito, apenas a aula onde se decora nomes de imperadores e as mais variadas datas, sem conexão com a realidade contextualizada dos sujeitos da aprendizagem e/ou dos responsáveis por esse processo. Com tudo, analisamos que essa visão se deve, dentre outros aspectos, a concepção positivista que permeia o ensino de história, não privilegia a introdução do homem comum como agente da mesma e se caracteriza entre outras coisas pela busca da verdade, ou seja, da comprovação científica. Como é explicado pelos autores Berutti e Marques:

As ciências positivistas caracterizam-se por utilizarem um método bem rígido: estudar e ordenar os fenômenos observáveis. Assim, percebe-se, na produção historiográfica, uma aproximação com os métodos das ciências naturais. A preocupação com a busca da verdade era constante. (BERUTTI & MARQUES. 2009, p.37)

---

<sup>4</sup> Para Marx (2008) o valor de troca aparece primeiramente como uma relação quantitativa na qual os valores de uso são permutáveis (p.53). E ainda o valor de troca representa trabalho homogêneo não diferenciado, isto é, trabalho no qual desaparece a individualidade dos trabalhadores. O trabalho que cria o valor de troca é, pois, trabalho geral-abstrato. (p.54)

Na busca por essa verdade o historiador usava como fonte toda a documentação escrita, pois, segundo acreditavam, a mesma forneceria a verdade tal qual ocorreu, sendo assim depois de coletado, ordenado de modo cronológico o pesquisador deve ser neutro evitando qualquer tipo de envolvimento com a mesma para não prejudicar o caráter autêntico da sua pesquisa. “é preciso ver o passado como algo morto, com o qual o presente em que vivem nada tem a ver, e que é possível se ter em relação ao objeto do passado que se estuda uma atitude absolutamente neutra.”(BORGES, 1993, p.34).

Os documentos utilizados como fonte eram os chamados documentos “oficiais” que discorriam sobre governantes, reis, leis, decretos etc. o que contribuiu para o afastamento do ser comum da sua própria história, já que o documento retrata fielmente a verdade dos fatos e os mesmos só relatam sobre os denominados grandes heróis, quem não era citado nestes não fazia parte da história. “a história por eles escrita é uma sucessão de acontecimentos isolados, relatando, sobretudo os feitos políticos de grandes heróis, os problemas dinásticos, as batalhas, os tratados diplomáticos, etc.” (BORGES, p.34,1993).

Em contraponto a essa concepção os PCNs propõem um ensino de história contextualizado e significativo, que implica o conhecimento dos objetivos que se pretende alcançar com os conteúdos trabalhados nessa disciplina. No texto dos PCNs encontramos claramente a necessidade de direcionar o ensino de história para a construção da identidade e a compreensão dos fatos históricos como elementos constituintes da realidade do aluno em que:

O ensino de História envolve relações e compromissos com o conhecimento histórico, de caráter científico, com reflexões que se processam no nível pedagógico e com a construção de uma identidade social pelo estudante, relacionada às complexidades inerentes à realidade com que convive. (BRASIL, 1997, p.33)

Nesta proposta, o ensino de história deve ser direcionado sob a perspectiva social e significativa no contexto escolar. Compreendemos, portanto, que a concepção do materialismo histórico dialético se apresenta exequível no que se refere ao desenvolvimento de um método que segundo a historiadora Vavy Pacheco (1993) trouxe mudanças significativas na forma de se pensar e produzir história, tendo como representantes as figuras de Marx e Engels (1982) ao anunciar que:

O primeiro pressuposto de toda a existência humana e, portanto, de toda a história, é que os homens devem estar em condições de viver para poder

“fazer história”. Mas para viver é preciso antes de tudo comer, beber, ter habitação, vestir-se e algumas coisas mais. O primeiro ato histórico é, pois, a produção dos meios que permitam a satisfação destas necessidades, a produção da própria vida material, e de fato este é um ato histórico, uma condição fundamental de toda a história, que ainda hoje, como a milhares de anos deve ser cumprido todos os dias e todas as horas, simplesmente para manter os homens vivos. (p.39)

A análise marxista parte da perspectiva de que para fazer história é preciso primeiro garantir as condições objetivas de vida humana. Isto nos remete ao fato de que a história baseia-se na materialidade da existência e, portanto, o ser humano produz e transforma, através da sua ação, o meio em que vive. Por isso essa concepção se denomina de materialismo histórico dialético, vez que, propõe uma nova forma de periodização da história que passa a ser realizada com base nas condições materiais existentes e nas relações de produção que influenciam os modos de organização da sociedade. Segundo Marx e Engels “a história é um processo dinâmico, dialético, no qual cada realidade social traz dentro de si o princípio de sua própria contradição, o que gera a transformação constante na história.” (BORGES *apud*, 1993, p. 37)

O ensinar e estudar história deve permear a percepção de que nós somos sujeitos históricos que modificamos o meio em que vivemos, subjugando a concepção positivista que exalta seus heróis e suas datas que tem pouca ou nenhuma relação com quem, verdadeiramente, é protagonista das transformações empreendidas no curso da história, como por exemplo, poetisa Bertold Brecht em seu poema “Perguntas de um trabalhador que lê”:

Quem construiu Tebas, a cidade das sete portas? Nos livros estão nomes de reis; os reis carregaram pedras? E Babilônia, tantas vezes destruída, quem a reconstruía sempre? Em que casas da dourada Lima viviam aqueles que a edificaram? No dia em que a Muralha da China ficou pronta, para onde foram os pedreiros? A grande Roma está cheia de arcos-do-triunfo: quem os erigiu? Quem eram aqueles que foram vencidos pelos césares? Bizâncio, tão famosa, tinha somente palácios para seus moradores? Na lendária Atlântida, quando o mar a engoliu, os afogados continuaram a dar ordens a seus escravos. O jovem Alexandre conquistou a Índia. Sozinho? César ocupou a Gália. Não estava com ele nem mesmo um cozinheiro? Felipe da Espanha chorou quando sua frota naufragou. Foi o único a chorar? Frederico Segundo venceu a guerra dos sete anos. Quem partilhou da vitória? A cada página uma vitória. Quem preparava os banquetes comemorativos? A cada dez anos um grande homem. Quem pagava as despesas? Tantas informações. Tantas questões. (BORGES *apud*, 1993).

Observamos como os sujeitos históricos ainda estão imersos no estranhamento das relações sociais que são construídas pelas suas ações, sendo a história apenas um reflexo dos feitos heroicos exaltados pela cultura dominante.

Mas afinal como se vê dentro desse processo se não se sabe ao certo para que a mesma serve? Vavy Pacheco explana que ‘ a função da história, desde seu início, foi a de fornecer à sociedade uma explicação sobre ela mesma’ (BORGES, 1993, p.49). Partindo dessa perspectiva, utilizamos em nosso estudo um questionário que nos possibilitou investigar o que os discentes compreendem da história da qual deveriam se apropriar.

Ao analisarmos os questionários aplicados com os alunos do 5º ano sobre qual a importância de se estudar história e o que é história, verificamos que as respostas mais pertinentes consistia em uma compreensão muito vaga de significado do estudo da história, como a seguinte: “porque precisamos conhecer a história dos nossos antepassados” e “a história é o estudo do passado” ou ainda “ a história busca coisa do passado”. Podemos inferir com isso que os alunos sempre se referiam a história como estudo dos fatos passados e não como algo que tinha relação com o presente ou que eles fizessem parte da construção da história. O que percebemos na maioria das respostas é que a história era considerada sob aspectos distantes da compreensão da realidade deles, ou como fatos acabados, com um fim determinado.

Ao que foi exposto acima destacamos que dos nove alunos que responderam ao questionário, apenas um ponderou sobre a necessidade de se estudar o passado para entender o presente, e outro conseguiu se reconhecer como sujeito histórico, ao colocar em sua resposta que: “gosta de história porque estudou sobre Parnaíba, a cidade onde mora, e faz parte de sua vida”. As proposições analisadas nos remetem a necessidade de se construir uma práxis pedagógica mais reflexiva a partir do que propõe os PCNs para o ensino e o estudo da história dentro de uma perspectiva mais significativa e de superação da visão positivista.

### **3. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Durante as observações realizadas na escola e a elaboração do referencial teórico para o desenvolvimento desse estudo nos deparamos com o confronto teórico/prático no trabalho docente, no momento em que percebemos a escola como ambiente privilegiado de construção do saber sistematizado e de concretização do fazer docente.

Nas concepções que norteiam o ensino de história percebemos as possibilidades de trabalho com os conhecimentos históricos e a postura que o Positivismo, o Materialismo



Histórico e a Nova História implicam para o professor, e a necessidade de compreender a proposta dos PCNs para um ensino que se articule com a visão de homem e de mundo possíveis para estes. Ainda assim, reconhecemos no cotidiano escolar as limitações enfrentadas pelo professor no que concerne aos recursos materiais no trabalho pedagógico, e mesmo, as dificuldades em sala de aula referente à motivação dos alunos no estudo de história.

Com estas discussões entendemos que o professor deve ter como proposta despertar no aluno uma postura crítico/reflexiva na compreensão de que a história não é um todo acabado, ou um fim determinado em si mesmo, ao contrário ela se constitui em um processo que envolve as relações sociais de sujeitos que constroem, reconstroem e transformam a história. A história não tem fim com um período histórico ou com um modelo de organização social, os homens se reorganizam a partir das suas necessidades e constantemente produzem história.

#### 4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos Ideológicos de Estado**. 2ª ed. Edições Graal, 1985.

BORGES, Vavy Pacheco. **O que é história**. São Paulo: Brasiliense, 1993.

BRASIL. **PCNs: Introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais**. Secretaria de Educação Fundamental, Brasília, MEC/SEF, 1997.

BEZERRA, Tânia Serra Azul Machado. **Marxismo, educação, consciência e luta de classes no Sindicato dos Gráficos do Ceará**. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, Fortaleza, 2011.

HIPÓLIDE, Márcia Cristina. **O ensino de História nos anos iniciais do Ensino Fundamental: metodologias e conceitos**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2009.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. 3ª ed. Livraria Editora Ciências Humanas. São Paulo, 1982.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. Tradução e introdução de Florestan Fernandes. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARQUES, Adhemar. BERUTTI, Flávio. **Ensinar e Aprender História**. Belo Horizonte: RHJ, 2009.

PASAVENTO, S.J. **História e História Cultural**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004

PINSKY, Jaime (Org.). **O Ensino de História e a Criação do Fato**. 8. ed. São Paulo: Contexto, 2000.